

# A seguridade social em Michel Foucault

**Guilherme Castelo Branco**

Coordenador do Laboratório de Filosofia Contemporânea da Universidade Federal do Rio Janeiro. Pesquisador do CNPq e da FAPERJ. Professor do Departamento de Filosofia da UFRJ, Rio de Janeiro-RJ, Brasil. Contato: guicbranco@ig.com.br.

**RESUMO:**

Neste artigo vamos acompanhar de perto a problematização que Foucault levanta a propósito de um dos temas mais importantes da gestão política e da saúde pública dos sistemas políticos na atualidade: a questão da seguridade social. A questão da cobertura previdenciária e médica é um dos temas candentes da modernidade, envolvendo um complexo conjunto de aspectos como problemas de gestão de verbas, contaminação de modos de vida, preparação para a morte, temas de saúde pública, seguros e segurança de toda ordem. Nosso propósito é o de discutir, na obra de Foucault, o lugar central da seguridade social nos sistemas políticos contemporâneos, apoiando nosso foco de análise nos *Dits et écrits*, no *Sécurité, territoire, population*, e no *Naissance de la Biopolitique*. Palavras-chave: seguridade social, biopolítica, burocracia, riscos, Michel Foucault.

**ABSTRACT:**

*In this article we will follow closely Foucault's discussion on one of the most important issues in public management and public health in today's political systems: the question of social security. The issue of social security coverage is one of modernity's trending topics, involving a complex set of aspects such as budget management, lifestyle contamination, preparation to death, public health issues, insurance and other safety related themes. Our purpose is to discuss the central place of social security in today's political system, based on Foucault's work: *Dits et écrits*; *Sécurité, territoire, population*; and *Naissance de la Biopolitique*.*

*Keywords: social security, biopolitics, bureaucracy, risks, Michel Foucault.*

BRANCO, Guilherme Castelo (2013). A seguridade social em Michel Foucault. *Revista Ecopolítica*, São Paulo, n. 6, jan-abr, pp. 76-89.

Recebido em 14 de setembro de 2012. Confirmado para publicação em 20 de setembro de 2012.

Numa entrevista, Michel Foucault fez uma observação que chama a atenção, ao comentar sobre a racionalidade política posta em prática em nossa época. A passagem é a seguinte: “são evidentes as relações que existem entre a racionalização e os excessos de poder político. E não deveríamos esperar pela burocracia e pelos campos de concentração para reconhecer a existência de tais relações” (Foucault, 1994: 224-225). As duas modalidades de racionalização apresentadas, uma ao lado da outra, pelo pensador, não deixam dúvida: os campos de concentração e a burocracia<sup>1</sup> são parte de uma mesma realidade política, são faces, talvez complementares, de um mundo histórico que é o nosso, da modernidade, que existe depois do iluminismo, no qual o pensamento racional realiza desmedidas anunciadas desde seu nascimento. Por outro lado, o que é ainda mais inquietante, fica sugerido que a burocracia tem a mesma capacidade letal que fizeram dos campos de concentração<sup>2</sup> exemplos de crueldade e de descaso com seres humanos. Seria uma questão de hipersensibilidade filosófica esta vinculação da burocracia com o assassinato em massa? Seria um excesso de Foucault? Como veremos, não é o caso. Passemos à argumentação.

A maior contribuição de Michel Foucault à análise política, para quem é pesquisador de Filosofia, ao menos, foi a ideia de governamentalidade. Tal ideia rompe com confusões antigas na filosofia política, sobretudo por fazer uma clara separação entre poder governamental e poder soberano. O poder soberano seria aquele que procura a manutenção do poder a qualquer custo, e que tem como objeto de atuação o povo. Por outro lado, a era da governamentalidade inaugura um tipo de Estado que é

---

<sup>1</sup> Não seria, na verdade, burocracias?

<sup>2</sup> E não esqueçamos que, durante a Segunda Guerra, todos os regimes políticos e países tiveram seus campos de concentração, alguns deles com caráter ‘preventivo’, aprisionando a todos, num indeterminado tempo, para não precisar aprisionar depois. Os Estados Unidos são exemplares neste tipo de discriminação e de exclusão social e política.

fundamentalmente gestor. Governar, gerir, planificar, administrar, realizar programas de governo, regular eventuais conflitos e descaminhos do mercado, tudo isto é parte do amplo campo da governamentalidade. O complexo processo de transformações políticas que ocorreram nos últimos quatro séculos, portanto, corresponde à aparição e desenvolvimento de uma intrincada rede de instituições públicas e privadas que passaram a ter por meta a gestão política dos agentes econômicos e sociais, assim como a gestão da população. A característica da modernidade em política, portanto, “corresponde à governamentalização do Estado” (Foucault, 2004b: 112), e este

(...) não é mais definido pela sua territorialidade, mas sim por sua massa: a massa da população, com seu volume, sua densidade, com o território, claro, no qual esta população se espalha, que este território não é senão um componente. Este estado de ‘governo’<sup>3</sup> lida essencialmente com a população, tem a população como referência e utiliza a instrumentalidade do saber econômico, e corresponde a uma sociedade controlada por dispositivos de segurança (Idem: 113).

Eis o nosso tema: a palavra francesa “*securité*”. Trata-se uma palavra polissêmica, que indica segurança enquanto polícia, forças armadas, manutenção de soberania, controle sócio-político, segurança da pátria e das pessoas, mas que também significa seguridade, ou melhor, seguridade social<sup>4</sup>. Sem dúvida, a seguridade social é um dos mais importantes aspectos do Estado de governamentalidade. A massa dos homens que estão sujeitos ao controle racional e à gestão do Estado, a população, é entendida, sobretudo, como o conjunto dos indivíduos que estão submetidos às técnicas de biopoder. Como alerta Michel

---

<sup>3</sup> Acompanho a tradução utilizada por Alfredo Veiga-Neto, referindo-se ao governo que atua segundo a governamentalidade.

<sup>4</sup> Em Portugal, por exemplo, fala-se de ‘segurança social’, no mesmo sentido de ‘seguridade social’ no Brasil.

Foucault, as técnicas de poder, as tecnologias de controle postas em ação nossas sociedades, de grande complexidade, vão se fazer “(...)seja por mecanismos que são propriamente mecanismos de controle social, como é o caso da punição penal, seja por mecanismos que tem por função modificar alguma coisa no destino biológico da espécie”. (Ibidem: 12). A segurança e a seguridade, portanto, são distintas e complementares, existindo inclusive áreas de intercessão entre elas, seja em estratégias de exclusão, seja em instituições de intervenção comuns.

Uma precisão: a seguridade social, tal como a entendemos a partir do que dizem os especialistas neste assunto, engloba um conjunto complexo e interligado de instituições, com amplos efeitos econômicos face às populações, tais como a Previdência Social, a Assistência Social e a Saúde Pública, e seu lugar nas estruturas políticas e econômicas na modernidade é gigantesca.<sup>5</sup> São muitas as áreas de atuação e aspectos que fazem parte de sua estrutura: assistência médica, perícia médica, pensões (por velhice, antiguidade, invalidez), compensação a trabalhadores, auxílio-desemprego<sup>6</sup>, bolsa-família, dentre outros. O somatório destes aspectos faz do sistema de seguridade social algo tão grande que seu orçamento, e muitas vezes seu *déficit* chega a ser maior que a própria arrecadação do país no qual existe. Por isto, não seria errado pensar que o sistema de seguridade social encerra nele mesmo grande parte do dispositivo biopolítico, no entender do filósofo.<sup>7</sup>

---

<sup>5</sup> As leituras sobre o papel da seguridade são contraditórias. Uma corrente defende que houve uma humanização da qualidade de vida dos trabalhadores, ativos ou inativos, enquanto que outra corrente alerta para o fato de que tais direitos saíram do confisco de parte de seus salários, retirados no decurso de sua vida enquanto trabalhador ativo. Neste caso, a preocupação dos empresários e patrões é com ‘a saúde do trabalhador’, logo, com a continuidade da produção e com o aumento do lucro.

<sup>6</sup> Sobre o tema, há o livro de Maurizio Lazzaratto intitulado *Experimentations Politiques*, indicado na bibliografia.

<sup>7</sup> A hipótese trazida por Edson Passetti lança novos horizontes sobre o campo de análise hoje: “nesta era, não se governa somente a população. Há um novo alvo: o planeta e a vida dentro e fora dele. Emerge uma ecopolítica de controle do meio

Todo pesquisador de Foucault sabe de sua escolha de temas específicos da vida social, que são uma escolha metodológica: a análise de processos sociais tais como “(...) a loucura, a morte, o crime, a sexualidade, etc.” (Foucault, 1994, vol. IV: 225) revelam, na verdade, práticas e experiências sociais e políticas que são portas de entrada para a compreensão das relações de poder em curso na modernidade, malgrado sua aparente especificidade. Tais práticas sociais poderiam ser entendidas como campos ‘cinzentos’, ou seja, poderiam ser vistas enquanto campos pouco relevantes para a análise política, ditos ‘menores’ ao ver de muitos analistas em filosofia política e em teoria política. Mas eles nunca são sem amplo alcance; ora, a loucura, a criminalidade, sobretudo a morte, são fatos sociais de grande ressonância. Todavia, nenhum se compara, em magnitude, à seguridade social, uma vez que ela diz respeito a toda a população, pelo sim ou pelo não.

Numa entrevista de 1977, intitulada *Michel Foucault: la sécurité et l'état*, o filósofo fala dessa posição especial da seguridade social, no mundo político contemporâneo. Vamos à citação: “o que acontece hoje? A relação entre o Estado e a população se faz essencialmente sob a forma do que poderíamos chamar de ‘pacto de segurança’. Antigamente o Estado podia dizer ‘eu vou dar um território a vocês’, ou: ‘eu garanto a vocês que todos vão poder viver em paz dentro de nossas fronteiras’. Era o pacto territorial, e a grande função do Estado era a garantia das fronteiras. Hoje, o problema das fronteiras não é mais tematizado. O que o Estado propõe como pacto para a população é: ‘vocês estarão seguros (terão garantias)’. Seguros contra tudo o que o que possa ser tido como incerteza, acidente, dano, risco. Você está doente? Há a Seguridade

---

ambiente, com sustentabilidade, combinada com a biopolítica herdada da sociedade disciplinar. Estamos na era da combinação da estatística como saber de Estado com a propriedade de informações minuciosas sobre pessoas e seus espaços interiores, flora e fauna, superfície e profundidade, a partir de um deslocamento da perspectiva para o espaço sideral” (PASSETTI, 2011: 133).

Social! Você está sem emprego? Você receberá um seguro desemprego! Há uma crise catástrofe? Criaremos um fundo de solidariedade! Há delinquentes? Vamos assegurar para que se enquadrem, e também uma boa ronda policial” (Foucault, 1994, vol. III: 385).<sup>8</sup> Nesta passagem fica indicado o caráter complementar da seguridade com a segurança, e existe um vínculo direto entre as duas modalidades de gestão das populações que trabalham em prol da boa ordem social.

Numa breve passagem de um texto de 1974, publicado no Brasil, texto 141 do *Dits et écrits*<sup>9</sup>, Foucault nos fala que está para ser feita a “história do conjunto dos pequenos poderes que se impõem a nós, que domesticam nossos corpos, nossa linguagem e nossos hábitos, enfim de todos os mecanismos de controle que se exercem sobre os indivíduos (...)” (Foucault, 1994, vol. II: 662). Ele também menciona toda uma organização da vida dos operários e das classes populares segundo uma moral da sobriedade e da poupança, que, no fundo, indicaria que, “dizendo de outra maneira, a moralidade imposta do alto torna-se uma arma em sentido inverso” (Idem: 664), quando as classes mais baixas passam a reivindicar moradia, educação, cuidados médicos. Que a acumulação criada com tais poupanças seja uma real fonte de lucro para as classes altas e fator de normalização da vida das classes populares, tal foi o cerne dessa entrevista.<sup>10</sup> É neste contexto que se inicia a estruturação do sistema de seguridade social, que existe segundo a lógica do capitalismo, reproduzindo a hierarquia e a desigualdade social existente. O que explica uma passagem determinante do *Nascimento da Biopolítica*,

---

<sup>8</sup> Agradeço ao Prof. Cesar Candioto pela indicação deste texto e desta passagem.

<sup>9</sup> Trata-se do texto “Folie, une question de pouvoir”, dos *Dits et écrits*.

<sup>10</sup> No *Nascimento da Biopolítica*, Foucault observa que, na economia de bem-estar, surgem modalidades de consumo disseminadas, espalhadas na vida social: “aparição de uma forma que podemos chamar de consumo socializado ou consumo coletivo: consumo médico, consumo cultural, etc. (Foucault, 2004a: 147). Não se pode desprezar o alcance das contribuições em prol da cobertura social no desenvolvimento do sistema financeiro, num processo iniciado no século XIX, e que segue até hoje.

segundo o qual não compete ao Estado contemporâneo interferir nas estruturas sociais: “(...) uma política social não pode adotar a igualdade como objetivo. Pelo contrário, ela deve deixar a desigualdade agir (...)” (Foucault, 2004b:148).<sup>11</sup>

Esta é a razão pela qual existem indivíduos e grupos que não participam do sistema de seguridade social. Destes, há os que são muitos ricos, excessivamente protegidos pelo dinheiro, e os muitos pobres, demasiado vulneráveis pela falta de recursos, o que faz a grande diferença. Os ricos, deste modo, não tomam parte do sistema de seguridade social, uma vez que não necessitam; os demasiado pobres e sem poder de pressão social, por sua vez, estão desprovidos do menor direito a qualquer cobertura social.

No meio termo, existem os assistidos ou cobertos pelo sistema de seguridade, porém, há enormes diferenças, senão distorções, devido aos diferentes grupos de influência que determinam os padrões, os valores, e a qualidade do atendimento (e até mesmo tempos diferenciados de contribuição para obterem uma aposentadoria, a título de exemplo). Estamos diante de uma intervenção social que nada tem no seu horizonte senão as determinações feitas a partir da inclusão de categorias e grupos sociais que, de algum modo, foram admitidos no quadro daqueles que são social e economicamente passíveis de serem cobertos e assistidos.

Os sistemas de seguridade social, geralmente, não deixam de ter efeitos na vida econômica dos países onde atuam. Não são, portanto, instituições neutras. Podem, em muitos casos, reproduzir, reforçar e até mesmo constituir diferenças sociais que resultam dos grupos de pressão sociais que interferem no sistema de seguridade social em busca de privilégios e ganhos adicionais, resultado de seu poder de barganha político. Alguns especialistas indicam os mais ativos, em função de seu ativismo histórico:

---

<sup>11</sup> A desigualdade não é um fato insuperável e irreversível para Foucault; ele apenas faz uma constatação do que se passa no mundo regido pelo capital.

1) os que fazem as leis (membros do legislativo); 2) os que executam as leis (membros do judiciário, das forças armadas, e de setores policiais de elite); 3) servidores públicos federais; 4) trabalhadores urbanos ou operários sindicalizados; 5) trabalhadores braçais (maioria da população). São estes, de maneira geral, os segurados pela cobertura social, num grande universo de pessoas. Claro, muitos estão fora deste ‘guarda-chuva’, por opção pela independência, ou, como já assinalamos, por não poderem ser dependentes do sistema de seguridade (e estes constituem a imensa maioria).

Foucault chega a analisar, nas aulas de 14 de fevereiro de 1979 e de 7 de março de 1979, os modelos, alemão e francês, de seguridade social. O primeiro privilegia o salário como salvaguarda contra os riscos inerentes à vida<sup>12</sup>, enquanto que no modelo francês, de caráter coletivista, advindo do fim da Segunda Guerra Mundial, “(...) considerava-se que cabia a toda a coletividade cobrir os infortúnios dos indivíduos” (Foucault, 2004a: 203). Todavia, ressaltamos que todos os modelos de seguridade, se pretendem afastar os riscos<sup>13</sup> aos quais todos os indivíduos estão expostos, não o fazem igualmente, ou, o que é ainda mais importante ressaltar,

---

<sup>12</sup> Observe-se a seguinte passagem do *Naissance de la biopolitique*, no qual fica claro que o Estado liberal alemão (e outros) não interpela a população para realizar sua política social, assim como sua política de seguridade social: “(...) o instrumento dessa política social, se é que podemos chamar isso de política social, não será socialização do consumo e da renda. [...] Vai-se pedir à sociedade, ou antes, à economia, simplesmente para fazer com que todo indivíduo tenha rendimentos suficientemente elevados, de modo a que possa, seja diretamente e a título individual, seja pela intermediação coletiva das sociedades de ajuda mútua, se garantir por si mesmo contra os riscos que existem, ou também contra os riscos, ou também contra essa fatalidade da existência que são a velhice e a morte, a partir do que constitui sua própria reserva privada.[...] É o que os alemães chamam de ‘política social individual’, em oposição à política social socialista. Trata-se de uma individualização da política social e na política social, ao invés de ser a coletivização e socialização por e na política social. Em suma, não se trata de assegurar aos indivíduos uma cobertura social dos riscos, mas de conceder a cada um uma espécie de espaço econômico dentro do qual possam assumir e enfrentar os riscos (Foucault, 2004a: 149-150).

<sup>13</sup> O risco é um dos temas analisados por André Duarte em seu livro *Vidas em Risco*, vide bibliografia.



tampouco o fazem universalmente.<sup>14</sup> Não são poucos os que não são cobertos pelo seguro social, como o lupen-proletariado, os camponeses e prestadores de serviços urbanos (por exemplo, os biscateiros). Segundo especialistas em seguridade social, como Carmelo Mesa-Lago, “a única proteção que existe para o não assegurado é a assistência do Estado ou a caridade pública. Esta assistência foi concedida, na maioria dos casos, mais como uma consequência da preocupação pública no que se refere à difusão de doenças contagiosas do que como uma resposta a pressões [sociais]” (Mesa-Lago, 1977: 44). Segundo ele, a assistência social, ou a caridade, não são instrumentos de boa vontade: na verdade visam ao controle de endemias e epidemias. O não assegurado, logo um pobre, é objeto de atenção social e de cuidados porque porta em seu corpo riscos à sociedade organizada e civilizada. É um pária, uma espécie de bárbaro, carrega o perigo biológico, e pode ser vítima, a qualquer momento, da violência do Estado.

Ainda no *Nascimento de Biopolítica*, aula de 7 de março, Foucault lembra das duas críticas moralizantes que são feitas ao Estado na modernidade. A primeira delas é a tendência ao crescimento excessivo, enquanto que a segunda, associada à primeira, é a tendência à violência que habita e repousa em suas entranhas, sem nunca desaparecer. Passemos a palavra ao filósofo: “o Estado e seu crescimento indefinido, o Estado e sua onipresença, o Estado e seu desenvolvimento burocrático, o Estado com os germens de fascismo que ele contém, o Estado e sua violência intrínseca sob seu paternalismo providencial (...)” (Foucault, 2004a: 192). Observe-se que, uma vez mais, violência e burocracia, nesta passagem, são postas lado a lado, num Estado que é providencialista.<sup>15</sup> Quanto

---

<sup>14</sup> No início do século XXI, nos países mais ricos, incluindo o Brasil, quatro a cada dez pessoas não estão cobertas pelo sistema de seguridade.

<sup>15</sup> Trata-se, portanto, de um Estado provedor, assistencialista, que nada tem em comum a noção hegeliana de Estado conforme a Razão Universal. O Estado providencialista, todavia, age paradoxalmente, pode assistir mas também pode perpetrar vio-

à segunda crítica moralizante, Foucault é incisivo, uma vez que ele que enxerga nas diversas modalidades de Estado “(...) um parentesco, uma espécie de continuidade genética, de implicação evolutiva entre as diferentes formas de Estado: o Estado administrativo, o Estado-providência, o Estado burocrático, o Estado fascista, o Estado totalitário, sendo tudo isto, conforme as análises, mas isto pouco importa, ramos sucessivos de uma única e mesma árvore que cresceria em sua continuidade e unidade, a grande árvore estatal” (Foucault, 2004a: 193). A imbricação entre Estado providencial, burocrático e agressivo, na visão de Foucault, não é arbitrária. Burocracia, seguridade e violência estão irmanadas no desenvolvimento do Estado que age segundo a lógica da governamentalidade.<sup>16</sup>

Em outra entrevista publicada nos *Dits et écrits*, há um texto que chama a atenção, pois saiu em uma revista de seguridade, a *Securité sociale, l'enjeu*.<sup>17</sup> Como é um texto datado na época de seus últimos cursos no Collège de France, ele acaba sendo uma referência importante no contexto de sua obra. Por sinal, a análise desenvolvida no breve texto não adere tanto à esfera da economia, e está mais em sintonia com o caráter filosófico de seus trabalhos. Foucault, por exemplo, fala do que o sistema de seguridade poderia ser (e de fato não é) se colaborasse positivamente para o exercício da autonomia e liberdade dos indivíduos: “existe uma demanda positiva: a de uma seguridade que abrisse as vias para relações mais ricas, numerosas, diversificadas e mais leves consigo mesmo e com o seu meio, assegurando a todos uma autonomia real.

---

lências contra sua própria população. Tal aspecto paradoxal é analisado por Foucault no *Em defesa da Sociedade* ou *Genealogia del racismo*, nome da edição em espanhol.

<sup>16</sup> Foi o caso da França, que passou a ver seu sistema de seguridade, ao longo das décadas, assim como sua economia, em crise, e passou a adotar crescentemente o modelo alemão. Vide página 266 da aula de 7 de março de 1979, edição brasileira (na ed. francesa, está na página 198).

<sup>17</sup> Vale a pena lembrar que este texto-entrevista refere-se, sobretudo, ao sistema de seguridade social francês.

É um fato novo que deveria pesar nas concepções atuais no tocante à proteção social” (Foucault, 1994, vol. IV: 369). Aparentemente, uma certa relação entre a *parrésia* e o sistema de seguridade surge como tema de Foucault, o que o leva a se afastar da análise econômica e social para se debruçar sobre uma “(...) espécie de interface, por um lado, entre a sensibilidade das pessoas, suas escolhas morais, suas relações com elas mesmas, e, por outro lado, as instituições que as cercam. É daí que nascem disfunções, problemas e, talvez, crises” (Idem). No decurso da entrevista, é a questão da dependência e da independência das pessoas, face ao sistema de seguridade, que constitui o eixo da análise, e o sistema de seguridade revela-se um fator a mais de produção de assujeitamento, logo, de perda de autonomia: “o sistema de cobertura social, de fato, somente beneficia o indivíduo quando ele se vê *integrado*, seja num meio familiar, seja num meio de trabalho, seja num meio geográfico” (Ibidem). O segurado, no geral, é o bom moço, o cidadão pacato, o trabalhador infatigável e honesto que pede pouco, que não resiste, que não participa nem deseja participar das instâncias de decisão que se dão fora de seu conhecimento e que determinam sua vida.

O sistema de seguridade, por outro lado, pode enrijecer certos mecanismos, obrigando as pessoas a se adequarem às suas determinações, ou a pagarem o preço em caso de inadequação: “nossos sistemas de cobertura social impõem um modo de vida determinado através do qual os indivíduos tornam-se assujeitados, e toda pessoa ou grupo que, por alguma razão, não quer ou não pode ter este modo de vida é marginalizado, devido ao próprio jogo das instituições” (Foucault, 1994, vol. IV: 371-372 ). O sistema de seguridade social realiza uma dupla chantagem, primeiro obrigando os indivíduos a se assujeitarem para passarem a estar ‘cobertos’ pelo sistema, e, por outro lado, podendo fazer com que eles passem a estar desamparados, ou seja, para fora das garantias, seja por uma decisão administrativa, seja por uma mudança

nos regulamentos e nos procedimentos burocráticos, seja por uma arbitragem médica ou por uma decisão judicial. Foucault alerta que, neste caso, trata-se de uma dupla dependência: “observa-se, com efeito, uma dependência *por integração* e uma dependência *por marginalização ou por exclusão*” (Foucault, 1994, vol. IV: 396). Foucault não estaria falando, nesta passagem, de uma inclusão excludente?

A situação, por sua vez, ficou mais complicada quando constatou-se, no decurso do século XX, que existe um descompasso crescente entre as possibilidades de atendimento do sistema e as expectativas das pessoas, desejos e anelos de segurança formadas, na maioria dos casos, a partir do próprio sistema, que promete mais do que pode cumprir, e que mente. Para Foucault, o sistema de seguridade é finito diante de uma demanda infinita, e a estratégia de sobrevivência do sistema acaba por se revelar com muitas faces perversas; nelas, as aspirações dos indivíduos não são levadas em conta, são desprezadas, e os indivíduos são vítimas potenciais dos rigores burocráticos e de determinações puramente econômicas.<sup>18</sup> Os exemplos que o filósofo nos fornece são afirmações dos funcionários do sistema de seguridade conhecidas por todos os que usam ou utilizaram planos de saúde privados ou públicos, justamente em casos de urgência ou de necessidade: “– vocês não têm mais direito a este procedimento”, ou “– vocês não terão mais direito, a partir de agora, de fazer certas cirurgias”, ou “você tem que pagar parte do custo da cirurgia”, e, no limite, talvez o cúmulo da insensibilidade burocrática: “não adianta nada prolongar sua vida por mais três meses. Vamos deixar você morrer”. São exemplos cabais do distanciamento existente entre os centros de tomada de decisão e as pessoas. Ademais, quando ocorrem reações mais veementes a tais decisões, passa-se da esfera burocrática para a ordem policial. Um

---

<sup>18</sup> Ficarei apenas em alguns aspectos desse problema, e deliberadamente deixarei de lado aspectos como a judicialização da vida, a medicalização das pessoas, a assepsia e hospitalização da morte, os negócios em torno dos enterros, dentre muitos outros.

fato é certo: pessoas podem passar a ser e são crescentemente levadas para a condição de desassistidas. A propósito, Foucault se pergunta: “a questão que surge no momento presente é o de saber como as pessoas vão aceitar ser expostas a certos riscos sem conservar os benefícios de uma cobertura do Estado-Providência” (Foucault, 1994, vol. IV: 378). A vulnerabilidade das pessoas seguradas piora, ainda mais, quando os indivíduos passam a ser responsabilizados e muitos são deixados à própria sorte porque têm um modo de vida ou doenças que implicam em riscos, e mesmo assim não realizam os comportamentos que lhes são exigidos. Enfim, são inúmeros os problemas que todas as pessoas enfrentam diante das constantes modificações regimentais e jurídicas, quase que exclusivamente pró-sistema, da cobertura social.

A vida é um frágil acontecimento. Hoje está à mercê de decisões burocráticas, jurídicas e médicas e de um conjunto de leis e regulamentos que é móvel e instável. Seguridade e insegurança, portanto, não se excluem, e todo um jogo temerário se desenvolve num horizonte sempre reatualizável de normas e decisões cada vez mais enrijecidas. Sempre um novo campo de excluídos surge a cada nova decisão médico-burocrática, e nele estão pessoas que são colocadas na potencial condição de elimináveis, por não mais serem assistidos em certas necessidades ou expectativas. E, neste caso, a pergunta faz sentido: não seria nesta configuração histórica que campos de concentração e burocracia se assemelham? Na atualidade o sistema de seguridade burocrático não desempenharia o papel, sereno, frio e calculista, de deixar viver e fazer morrer?

## Referências bibliográficas

- CANDIOTTO, Cesar (2010). *Foucault e a crítica da verdade*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- CASTELO BRANCO, Guilherme (2008). “Atitude-limite e relações de poder: uma interpretação sobre o estatuto da liberdade em Michel Foucault”. In: *Verve*, n 13, pp. 202-216. São Paulo: NU-SOL/PEPG Ciências Sociais PUC-SP.
- \_\_\_\_ (2008b). *Ontologia do presente, racismo, lutas de resistência*, in Poder, normalização e violência(Org. Izabel Friche Passos). Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2008

- \_\_\_ (2009) *Foucault*, in Os Filósofos Clássicos da Filosofia, vol III(Org. Rossano Pecoraro). RJ: Ed. PUC-Rio- Ed. Vozes.
- \_\_\_ (2009) *Anti-individualismo, vida artista: uma análise não fascista de Michel Foucault*, in Para uma vida não fascista(Orgs. Margareth Rago, Alfredo Veiga-Neto). Belo Horizonte: Ed. Autêntica.
- DUARTE, André (2009). “Foucault e as novas figuras da biopolítica: o fascismo contemporâneo”. In: RAGO, Margareth e VEIGA-NETO, Alfredo (orgs.). *Para uma vida não-fascista*. Belo Horizonte: Ed. Autêntica, 2009.
- DUARTE, André (2010). *Vidas em Risco: crítica do presente em Heidegger, Arendt e Foucault*. Rio de Janeiro: Forense Universitária.
- FOUCAULT, Michel (1975). *Surveiller et Punir. Naissance de la Prison*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_ (1976). *Histoire de la Sexualité I. La Volonté de Savoir*. Paris: Gallimard.
- \_\_\_ (1994). *Dits et Écrits. 1954-1988* (quatro volumes). Organização de D. Defert, F. Ewald e J. Lagrange. Paris: Gallimard.
- \_\_\_ (2001). *Les anormaux*. Paris: Ed. du Seuil.
- \_\_\_ (2004a). *Naissance de la biopolitique*. Paris: Ed. du Seuil.
- \_\_\_ (2004b). *Sécurité, territoire, population*. Paris: Ed. du Seuil.
- \_\_\_ (1996). *Genealogia del racismo*. La Plata: Altamira.
- LAZARATTO, Maurizio (2009). *Experimentations Politiques*. Paris: Éditions Amsterdam, 2009.
- MESA-LAGO, Carmelo (1977). *Modelos de seguridad social en América Latina*, Buenos Aires: Ediciones Siap-Planteos.
- PASSETTI, Edson (2011). “Ecopolítica. Procedências e emergência”. In: CASTELO BRANCO, Guilherme e VEIGA-NETO, Alfredo. *Foucault. Filosofia & Política*. Belo Horizonte: Editora Autêntica.